COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 74, DE 2003

“Acrescenta um parágrafo 5º ao artigo 879 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para facultar a elaboração de cálculos de liquidação complexos por perito em contabilidade e autoriza o arbitramento da respectiva remuneração.”

Autor: Deputado MAURÍCIO RANDS

Relator: Deputado PAULO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

O ilustre Deputado Maurício Rands apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 74, de 2003 que “acrescenta um parágrafo 5º ao artigo 879 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para facultar a elaboração de cálculos de liquidação complexos por perito em contabilidade e autoriza o arbitramento da respectiva remuneração.”

O Projeto faculta ao juiz do processo de execução nomear perito em contabilidade para a elaboração de cálculos considerados complexos, fixando-lhe os honorários após a elaboração do trabalho, observados os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

A CTASP aprovou parecer do Relator , favorável à matéria, com apresentação de duas emendas. A emenda n.º 1, alterou o Projeto de modo a permitir que os tais cálculos complexos possam ser efetuados não só por contadores, mas também pelos demais profissionais que

o juiz entender competente para a tarefa. A emenda n.º 2, alterou a ementa do Projeto para deixá-la consoante com o conteúdo da emenda n.º 1, excluindo a referência a “peritos em contabilidade” e atualizando a referência ao parágrafo que se deseja incluir, que deverá ser § 6º e não § 5º, como está no Projeto inicial.

Encaminhado a esta Comissão, o Projeto não recebeu Emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a análise da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa da proposição.

Nos termos do art. 59, inciso III, c/c o art. 48, *caput*, da Constituição, a elaboração de lei ordinária é feita pelo Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República. Ainda, a legitimidade de iniciativa e a competência legislativa da União foram observadas, consoante o disposto nos arts. 61, *caput*, e 22, inciso I, respectivamente.

Os Projetos de Lei e as emendas da CTASP obedecem aos requisitos constitucionais formais.

Também, em termos de conteúdo, as proposições harmonizam-se com a Lei Maior, pois tratam de matéria relacionada à celeridade da prestação jurisdicional, direito assegurado pela nova redação dada ao inciso LXXVIII pela EC 45, de 2004, que garante a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

As proposições não são também injurídicas, pois estão em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País e com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, porém, nosso entendimento é que as duas emendas apresentadas no âmbito da CTASP alteram o Projeto como um todo, inclusive a sua ementa, o que justifica inteiramente a apresentação de um Substitutivo e não de Emendas, conforme foi feito. Assim sendo, apenas para atender à melhor técnica legislativa, na forma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, consolidaremos o texto das duas Emendas já apresentadas e aprovadas pela CTASP em um Substitutivo.

Pelo exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 74, de 2003, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de maio de 2008.

Deputado PAULO MAGALHÃES
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUIVO AO PROJETO DE LEI Nº 74, DE 2003

Acrescenta parágrafo 6º ao artigo 879 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT , aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para facultar a elaboração de cálculos de liquidação complexos por perito e autorizar o arbitramento da respectiva remuneração.

Art. 1º O art. 879 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT , aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigor acrescentado do seguinte parágrafo 6º:

Art. 879.....

§6º Tratando-se de cálculos de liquidação complexos, o juiz poderá nomear perito para a elaboração e fixará, depois da conclusão do trabalho, o valor dos respectivos honorários com observância, entre outros, dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de maio de 2008.

Deputado PAULO MAGALHÃES

Relator